

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.054.109 - RS (2017/0028557-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D
ADVOGADO : GUSTAVO DAL BOSCO E OUTRO(S) - RS054023
ADVOGADA : PATRICIA FREYER - RS062325
AGRAVANTE : RIO GRANDE ENERGIA S/A
ADVOGADOS : MÁRCIO LOUZADA CARPENA E OUTRO(S) - RS046582
ALEXSANDRO DA SILVA LINCK - RS053389
AGRAVADO : SUCESSAO DE ALBINO SILVEIRA CASADO
ADVOGADOS : DIONI SLONGO - RS056778
ROVANDRO BOGONI - RS056976
REPR. POR : GILNEI SILVEIRA CASADO - HERDEIRO
REPR. POR : IVONEI SILVEIRA CASADO - HERDEIRO
REPR. POR : MARILENE BOCCA - HERDEIRO
REPR. POR : IRIS SILVEIRA CASADO - HERDEIRO

DECISÃO

Trata-se de agravo, interposto pela RIO GRANDE ENERGIA S/A, desafiando decisão que não admitiu recurso especial, fundamentados na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AGRAVO RETIDO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE OBRAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL. LEGITIMIDADE ATIVA. LEGITIMIDADE PASSIVA. CONVÊNIO DE DEVOLUÇÃO. PRESCRIÇÃO. ENTENDIMENTO DO STJ. RECURSO ESPECIAL Nº 1.249.321/RS. PROCEDÊNCIA. AGRAVO RETIDO. Presente a responsabilidade solidária das rés e demonstrado pela parte autora a verossimilhança em relação à existência do contrato referido na inicial, cabível a inversão do ônus da prova para que ambas juntem aos autos o processo administrativo relativo à construção da rede. Agravo retido desprovido. APELAÇÕES. Da legitimidade ativa e passiva. Termo de contribuição firmado entre o autor representado pela Sucessão e a concessionária de energia CEEE, o que confere legitimidade ativa à parte autora para buscar o valor pago quando da construção da rede de energia. Consoante entendimento desta Corte, ambas as concessionárias são partes legítimas a figurar no polo passivo nas demandas em que a parte autora busca a cobrança do valor investido na construção da rede de eletrificação

rural. A CEEE porque é a contratante original, tendo incorporado a rede ao seu patrimônio e a RGE por ser a atual proprietária das instalações. Da prescrição. Havendo convênio de devolução do valor investido na eletrificação rural, nos termos da decisão proferida no Recurso Especial representativo da controvérsia nº N° 1.249.321/RS, voto do Ministro Luis Felipe Salomão, julgado em 10/04/2012, aplicável o prazo prescricional vintenário (na vigência do código de 1916) e de cinco anos (na vigência do código de 2002), observada a regra de transição prevista no artigo 2028, do mesmo estatuto legal. No caso concreto, aplicável o prazo vintenário, cujo término seria em 26/08/2010. Considerando que o ingresso da demanda em 14/10/2009, não implementado o prazo prescricional. Do mérito. A pretensão da parte autora encontra guarida no Convênio de Devolução nº CEEE-GRE-1454, no qual há previsão expressa de devolução do valor investido pelo consumidor quando da construção da rede elétrica rural. Incidente a correção monetária, ainda que não haja previsão contratual, à medida que não é um plus que se agrega, mas um minus que se evita. AGRAVO RETIDO E APELOS DESPROVIDOS. UNÂNIME ." (e-STJ, fls. 211-212)

Nas razões do recurso especial, a agravante aponta ofensa aos artigos 3º e 458, VI, do NCPC; 138 e 140 do Decreto nº 41.019/1957; 2º, II; 3º, 25, 29, I, II e VI, 31, IV e 32 da Lei 8987/95; 3º da Lei 9.247/96; 122, 166, 386, 387, 388 e 844 do Código Civil.

Sustenta, em síntese, a ilegitimidade passiva da CEEE , bem como que o contrato em comento não prevê a restituição dos valores aos recorridos.

É o relatório.

Passo a decidir.

A irrisignação não merece prosperar.

De início, consolidou-se a jurisprudência de ambas as Turmas que integram a 2ª Seção do STJ no sentido de que incidem as Súmulas 5 e 7 como obstáculo ao reexame de cláusulas contratuais e nova apreciação dos fatos para se verificar a legitimidade passiva da CEEE em causas referentes ao ressarcimento do valor pago para a instalação de rede elétrica.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS

FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE. FINANCIAMENTO PARA A INSTALAÇÃO DE REDE ELÉTRICA. LEGITIMIDADE PASSIVA. INCIDÊNCIA DOS ENUNCIADOS 5 E 7 DA SÚMULA DO STJ.

1. A parte agravante deve impugnar, especificamente, os fundamentos da decisão agravada, sob pena de não conhecimento do agravo (Súmula 182/STJ).

2. Consolidou-se a jurisprudência de ambas as Turmas que integram a 2ª Seção do STJ no sentido de que incidem as Súmulas 5 e 7 como obstáculo ao reexame de cláusulas contratuais para se verificar a legitimidade passiva da CEEE em causas referentes ao ressarcimento do valor pago para a instalação de rede elétrica.

3. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no Ag 992.997/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 02/12/2014, DJe 23/02/2015)

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE. IMPLEMENTAÇÃO DE REDE DE ELETRIFICAÇÃO RURAL. DITAMES DO RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. APLICABILIDADE DA REGRA DE TRANSIÇÃO DO ART. 2028 DO CC/2002.PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. ILEGITIMIDADE PASSIVA. REVISÃO. SÚMULA 07 DO STJ. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO." (AgRg no AREsp 256.015/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/10/2014, DJe 28/10/2014)

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO (ARTIGO 544 DO CPC) - AÇÃO DE COBRANÇA DO VALOR DESEMBOLSADO PELO CONSUMIDOR PARA CONSTRUÇÃO DA REDE DE ELETRIFICAÇÃO RURAL - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECLAMO, MANTIDA A INADMISSÃO DO RECURSO ESPECIAL.INSURGÊNCIA DA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA.

1. Ilegitimidade passiva da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE. Aplicação das Súmulas 5 e 7 do STJ, visto que o exame da matéria depende de interpretação de cláusulas contratuais e nova apreciação dos fatos delineados nas instâncias ordinárias.

2. Índices de correção monetária incidentes sobre o valor a ser devolvido. Insurgência fundada na alínea "c" do permissivo constitucional. Dissídio jurisprudencial não demonstrado. Ausência

de confronto analítico entre o acórdão estadual e os arestos apontados como paradigmas. Insuficiência da transcrição de ementas.

3. Discussão acerca do prazo prescricional para exercício da pretensão de restituição de valores investidos pelo consumidor em razão da construção de rede de eletrificação rural. Decisão monocrática que manteve a inadmissão do recurso especial, ante a incidência da Súmula 283/STF, pois não refutado o fundamento da Corte estadual acerca da existência de causa interruptiva do prazo prescricional. Razões do regimental que não impugnam especificamente os fundamentos invocados na deliberação monocrática. Em razão do princípio da dialeticidade, deve o agravante demonstrar de modo fundamentado o desacerto da decisão agravada. Incidência da Súmula 182/STJ: "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada".

4. Agravo regimental parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido." (AgRg no AREsp 330.022/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 22/05/2014, DJe 04/06/2014)

Quanto à tese de descabimento de restituição de valores à parte autora, concluiu o Tribunal de origem:

No caso dos autos, a pretensão da parte autora de devolução do valor investido encontra guarida no documento de fl. 20, denominado 'Convênio de devolução nº CEEE-GRE-1454', haja vista a existência de previsão expressa de devolução na cláusula quinta (fl. 20 verso), não merecendo reparo a sentença recorrida que determinou a devolução da quantia nele constante, qual seja, Cr\$ 30.182,03 (trinta mil, cento e oitenta e dois cruzeiros e três centavos). (e-STJ fl. 224)

Nesse contexto, a alteração das premissas fáticas adotadas pelo acórdão recorrido, nos moldes em que ora postulado, demandaria o reexame de provas, bem como a necessidade de interpretação de cláusulas contratuais, o que é vedado pelas Súmulas 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos à parte recorrida de 10% sobre o valor da condenação para 11% sobre o respectivo valor.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

Ministro RAUL ARAÚJO
Relator